



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

## DESPACHO

Campinas, 19 de setembro de 2025.

**Processos:** PMC.2025.00114645-02 e PMC.2025.00114653-12

**Assunto:** Sugestão de Instauração de Procedimento Investigatório Preliminar.

À Secretaria Municipal de Justiça  
Sr. Secretário,

Vieram os autos para ciência das denúncias recebidas sobre supostas graves irregularidades em procedimentos licitatórios para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, e **eventual manifestação desta Pasta, a título de colaboração prevista no art. 3º do Decreto Municipal nº 21.441/20, previamente à expressa autorização do Senhor Prefeito acerca da instauração de Procedimento de Investigação Preliminar** destinado à averiguação de indícios de autoria e materialidade de todo e qualquer fato que possa acarretar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

No processo **PMC.2025.00114645-02**, constam **e-mail do remetente “Sociedade Atenta”** intitulado “GRAVES DENÚNCIAS NOS PROCESSOS DE COMPRA DE MERENDA ESCOLAR EM NOSSA CAMPINAS”; **despacho do Ministério Público Federal determinando o encaminhamento da Notícia de fato à Delegacia de Polícia Federal de Campinas**, com **requisição de instauração de inquérito policial** com o objetivo de **apurar a prática do crime de frustração do caráter competitivo de licitação, previsto no artigo 337-F do Código Penal**, em razão do suposto favorecimento de empresas em procedimentos licitatórios destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar do Município de Campinas; e, ainda, **representação** para averiguação de procedimentos licitatórios na compra de produtos da merenda escolar – Município de Campinas **-dirigida ao TCESP, subscrita por Fernanda Souto, Vereadora do Município de Campinas.**

No Processo **PMC.2025.00114653-12**, consta **e-mail do remetente “Sociedade Atenta”** com assunto “DENÚNCIA ANÔNIMA II – IRREGULARIDADES PRATICADAS \_ COORDENADORIA DE NUTRIÇÃO \_NAS LICITAÇÕES DE MERENDA ESCOLAR EM NOSSA CAMPINAS.”

As denúncias envolvem as seguintes licitações: **Pregão nº149/2025** (PMC.2025.00005926-01 - Kit Feijoada), **Pregão nº 054/2024** (PMC.2023.00064511-63), **Pregão nº 145/2024** (PMC.2024.00009161-81), **Pregão nº 101/2024** (PMC.2023.00073664-29), **Pregão nº 349/2022** (PMC.2022.00058199-14), **Pregão nº 238/2022** (PMC.2022.00023505-75), **Pregão nº 103/2023** (PMC.2022.00095621-87), **Pregão nº 346/2022** (PMC.2022.00057130-83) e **Pregão nº 101/2025**

O bem lançado parecer da lavra do **Núcleo de Licitações (NL)** da **Procuradoria de Licitações e Contratos (PLC)** da **Procuradoria-Geral do Município (PGM)** recomendou, considerando a gravidade e a reiteração dos indícios de atos lesivos contra a Administração Pública Municipal, “a instauração de Procedimento de Investigação Preliminar para aprofundar a averiguação dos fatos relacionados aos processos licitatórios de aquisição de merenda escolar, com foco especial nas condutas das empresas citadas.”, com fundamento no **art. 2º do Decreto Municipal nº 21.441/2021**, que **regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a aplicação da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013** (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, a saber:

Art. 2º **A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica** que possa implicar a aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013 e aquelas que se enquadram na situação prevista no parágrafo único do art. 1º deste Decreto, **será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, obrigatoriamente precedido de Procedimento de Investigação Preliminar**, de caráter sigiloso e não punitivo.

A **Comissão Investigatória** já se encontra indicada pelo **Senhor Procurador-Geral do Município (DOC 16134957)** nos termos do art. 5º do mesmo Decreto Municipal, que, uma vez nomeada, deverá concluir a investigação preliminar no prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, com a sugestão de arquivamento ou de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica, bem como o encaminhamento para outras autoridades competentes, conforme o caso.

Convém lembrar apenas que, **caso o Relatório Conclusivo da Comissão contenha sugestão de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR**, os atos tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção), previstos como infrações administrativas nas Leis de Licitações, devem ser **APURADOS E JULGADOS CONJUNTAMENTE, NOS MESMOS AUTOS, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei Anticorrupção** e, por consequência, no Decreto Municipal 21.441/2021.

O art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a sanção **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será aplicada ao responsável pelas **infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 daquela Lei](#)**, cujo inciso XII menciona expressamente “praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).”

Assim, eventual aplicação da **sanção prevista na Lei Anticorrupção**, conduz ao seu registro no **Cadastro Nacional de Empresa Punidas – CNEP**, e da **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** conduz ao registro no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**. Ambas devem ser informadas pelo órgão sancionador, no prazo máximo de 15 dias úteis, contados da data de sua aplicação, nos termos do art. 161 da Lei de

À consideração de V. Sa., a quem renovamos nossa afirmação de estima e apreço.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Procurador(a)**, em 19/09/2025, às 16:24, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 19/09/2025, às 16:27, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **16235435** e o código CRC **F09533A3**.